

CC5



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

PROCESSO

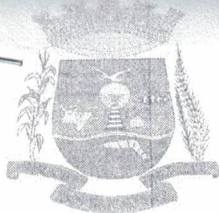
Nº 3.263/2025

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.263/2025

ASSUNTO: Autoriza o Executivo Municipal a
firmar contratos temporários de
trabalho.

DESTINO: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TAVARES - RS

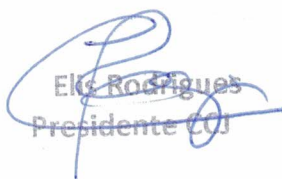
"O PARLAMENTO ABERTO PARA O POVO"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer nº 098/2025

A Comissão permanente acima citada reuniu-se nesta data, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.263/2025 encontra-se viável para votação em plenário.

Sala da Comissão, 08 de dezembro 2025.


Elcio Rodrigues
Presidente CCJ


Jardeir Porto
Relator CCJ


Leone Machado
Secretario CCJ

Parecer Aprovado

(03) a (00)

OBS....

Rua Dona Leonor, 106, Plenário Antônio Pascoal Galliard Costa, Rua Marcelo Gama, 257 A, Secretaria,
Centro, Tavares/RS, CEP: 96290.000, FONE (51) 2198-0010
e-mail: camara.tavares@yahoo.com.br

Porto Alegre, 4 de dezembro de 2025.

Orientação Técnica IGAM nº 24.672/2025.

I. A Câmara Municipal de Tavares solicita orientação técnica quanto à legalidade, constitucionalidade e conformidade com o regime jurídico local do Projeto de Lei nº 3.263, de 2025, de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a contratação temporária de uma merendeira para atuação na EMEF Izabel Cristina Lemos Menegaro.

II. A contratação por tempo determinado, é uma das formas permitidas para realizar a contratação de profissionais sem a necessidade de realizar concurso público. Sua utilização está condicionada a necessidade excepcional temporária, a qual não haveria tempo hábil para preparação de concurso público. É possível verificar sua legitimidade pelo art. 37 inciso IX, da Constituição Federal. O Regime Jurídico de Tavares, Lei nº 1.776, de 2014, dispõe sobre o tema a partir do art. 195¹.

No caso concreto, a exposição de motivos do Projeto nº 3.263, de 2025, mostra-se pouco detalhada e voltada à continuidade do serviço de forma ordinária, limitando-se a mencionar o término de contratos temporários e o início do ano letivo. Nesse sentido, recomenda-se que seja incluída um maior detalhamento das motivações.

Quanto ao prazo, o art. 4º do projeto fixa contratação por um ano, prorrogável por mais um ano em caso de necessidade administrativa, o que permite vínculo de até meses. Nesse sentido, esta previsão está em concordância com a posição do STF.

No que tange ao método de seleção, o art. 5º prevê que “o servidor contratado através do Processo Seletivo”. A indicação de seleção por processo seletivo atende ao princípio constitucional da impessoalidade.

¹ <https://leismunicipais.com.br/a1/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-tavares-rs>

III. Conclusão

Entende-se que a viabilidade jurídica do Projeto de Lei nº 3.263, de 2025, está confirmada, não havendo óbice a sua tramitação. Entretanto, recomenda-se complementação da justificativa para caracterizar, concretamente, necessidade temporária, excepcional e indispensável, em consonância com o art. 37, IX, da CF e ao Tema 612 do STF.

O IGAM permanece à disposição.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Jéssica Xarão".

JÉSSICA XARÃO DE OLIVEIRA

OAB/RS 99.940

Consultora Jurídica do IGAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
PROJETO DE LEI Nº 3.263/25

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Encaminhamos o presente Projeto de Lei nº 3.263/2025 de 01 (uma) merendeiras(o), com carga horária semanal de 35 horas, para atuar na EMEF Izabel Cristina Lemos Menegaro.

Justificamos tal solicitação devido ao encerramento dos contratos temporários vigentes na rede municipal de ensino no ano de 2025 e considerando o início do próximo ano letivo, 2026, previsto para o mês de fevereiro, para o qual esta secretaria por meio de suas escolas municipais necessitam desses profissionais, afim de executarem suas atividades dando sustentabilidade ao atendimento aos estudantes.

Na certeza de contarmos com a colaboração dos Nobres Pares deste Colendo Poder Legislativo, renovo à V. Ex^{as}. nossos protestos de apreço e elevada consideração.

Tavares, 27 de novembro de 2025.

Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Antônio Carlos Antunes Paga
Vereador

PROJETO DE LEI Nº 3.263
DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

Protocolo
1638/2025
colado em **27/11/25**
Rafael V.
Secretário

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A
FIRMAR CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE
TRABALHO.

Elis Regina Lemos Rodrigues
Vereadora
PROGRESSISTAS

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Tavares, autorizado a contratar temporariamente com base no art. 37, Inciso IX, da CF/88 e art.195 e seguintes da Lei nº. 1.776/2014, 01 (uma) merendeiras(o), com carga horária semanal de 35 horas, para atuar na EMEF Izabel Cristina Lemos Menegaro.

Art.2º - A remuneração será efetuada através de folha de pagamento, correndo as despesas por conta da seguinte dotação orçamentária:

05- Secretaria Municipal de Educação
1500 – MDE: Detalhamento 1020
0291 – Manutenção do Ensino Fundamental - MDE
319004- Contratação por Tempo Determinado

Enio Vieira Chaves
Vereador

Izabel Rosa da Silva
Vereadora
MDB

Art.3º - O servidor contratado por prazo determinado perceberá remuneração idêntica à fixada para o cargo permanente do quadro de pessoal do órgão contratante, nos termos do art.198, da Lei nº. 1.776/2014 (Regime Jurídico).

Art.4º - A contratação será de 01(um) ano, podendo ser prorrogado por mais 01(um) ano em caso de real necessidade administrativa.

Art.5º - O servidor será contratado através do Processo Seletivo.

Jardel Antunes Port
Vereador
PROGRESSISTAS

Art.6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, aos 27 dias do mês de novembro de 2025.

Leone Machado
Vereadora

Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal

Nardel Rodrigues Nune
Vereador
PDT

Volmir Vieira
Vereador

